

CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMPREGO DA ANÁFORA NOMINAL EM TEXTOS DE ALUNOS *

O estudo do funcionamento da anáfora nominal numa perspectiva linguística, psicológica e didáctica fez ressaltar o carácter cognitivo de uma tarefa complexa por parte do sujeito e a pôr a questão de como se processa o desenvolvimento e a capacidade de criar, através do nome, ligações e relações no interior de um discurso de forma a ele se tornar num produto unificado e estruturado.

Tarefa cognitiva complexa se pensarmos que a anáfora nominal requer o acesso ao sistema conceptual de modo a verificar-se qual a função de uma palavra, sua interpretação e relação com outras palavras no contexto de um certo uso linguístico. Complexa ainda, se pensarmos que o reconhecimento anafórico no sistema conceptual se faz por meio de relações de substitutividade, em termos de sinonímia (relações de igualdade/semelhança), de antonímia (relações de oposição), de hiperonímia (relações de de inclusão), de hiponímia (relações de pertença) e de não-substitutividade, em termos de associação (relações de parte/todo). Será a existência desta família de relações semânticas que constituirão as relações conceptuais entre o léxico e que definirão a sua composição em esquemas aos quais é possível aceder por via lexical.

Nesta dinâmica interactiva, em que intervêm também relações entre sintaxe e semântica, o sujeito cognitivo constrói uma representação integrada de texto por meio do processamento da referência em função do seu conteúdo conceptual, ao mesmo tempo que activa um modelo mental de referência. Em termos de desenvolvimento cognitivo, a aquisição destas capacidades relacionais lexicais faz aumentar a sensibilidade para a previsibilidade textual. Nesta perspectiva, ao colocarmos a questão da epistemologia genética e das relações do cognitivo e do

* Apresenta-se, em resenha, alguns dados da dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2001. Este texto serviu de apresentação no Encontro QUID NOVI? 2001, promovido pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, Junho de 2001.

linguístico, estamos a confrontarmo-nos simultaneamente com questões que relevam de várias disciplinas como a linguística, a psicolinguística, a psicologia cognitiva, a didáctica.

Em exposição sucinta, destacaremos o que de mais recente se tem investigado em cada uma destas áreas para, finalmente, integrarmos os seus contributos numa visão de conjunto de forma a avaliar-se a extensão do conceito de anáfora nominal e o seu modo de funcionamento nos textos. Por outro lado, compreender-se como é que o sujeito da aprendizagem se apropria destes saberes substantivos e os adequa ao seu saber-fazer de forma a tornar-se capaz de captar, em recepção, e de enunciar, em produção, a intencionalidade comunicativa do(s) enunciador(es), a adequação discursiva, os diversos parâmetros da situação de enunciação, os elementos linguísticos de superfície, as regras de reconhecimento e de produção e, sobretudo, as regras de coerência e de coesão.

1. O conceito de anáfora nominal

As relações de identidade (eventual e/ou real) de dependência co(n)textual entre dois termos nominais são factores essenciais que contribuem em simultâneo para a continuidade referencial, e para a coesão e progressão textuais. Como toda a anáfora é o lugar de uma escolha por parte do locutor-escrevente, assim uma expressão referencial pode ser quase sempre substituída por uma outra expressão, desde que esta última identifique, designe, evoque ou convoque o referente anterior. É esta capacidade em designar um ou vários objectos do mundo que vai permitir aos nomes a às expressões nominais desencadear um processo de identificação referencial com o nome antecedente e estabelecer, na maior parte dos casos, uma relação de correferência. Mesmo que a anáfora não se estabeleça correferencialmente, como é o caso da anáfora associativa, há sempre uma ocorrência linguística anterior que faz postular, ao mesmo tempo, uma representação de sentido construído pelo texto, baseada em conhecimentos gerais e supostamente partilhados em memória discursiva.

Nas anáforas ditas prototípicas, que se baseiam num referente explicitamente denominado e cuja categorização lexical foi explicitamente dada, como é o caso das anáforas fiel e infiel, basta a correferencialidade entre estas duas expressões para designar em discurso o mesmo referente. Em qualquer caso, para que um acto de referência particular tenha sucesso, é necessário que dadas condições sejam satisfeitas como a da coincidência entre referência semântica (objecto determinado pelo sentido lexical – referência virtual) e referência do locutor (objecto particular ao qual o locutor tem a intenção de se referir pelo emprego da expressão referencial – referência actual). Daqui surgiram as ideias de saturação semântica e de saturação referencial, dependendo a primeira da sua referência virtual e a segunda do seu

emprego em contexto. O semantismo da expressão referencial, o contexto linguístico, as informações extra-linguísticas e a situação de comunicação são, pois, factores que o usuário da língua controla para determinar uma classe de referentes possíveis e, assim, saturar a interpretação da anáfora em relação com o antecedente. É neste sentido que se compreende que não chega só identificar o referente no texto, mas também é preciso considerar “le mode de donation” (G. Kleiber, 1994) desse mesmo referente. Ou seja, é preciso compensar a ausência de especificação, que justifica a unicidade da descrição anafórica, por meio do cálculo inferencial, manifesto já na memória operativa do sujeito cognitivo.

De qualquer forma, a definição de anáfora, seja ela textual ou de memória, implica a necessidade de se encontrar no texto ou na memória discursiva a entidade pertinente para a sua interpretação (1). Este modelo, que qualificaremos de modelo de processamento anafórico, faz activar pelo menos dois processos cognitivos: a busca e a seleção do antecedente no texto ou na memória discursiva, e a atribuição de uma significação à própria anáfora. Quando estes dois processos não permitem decidir qual é o antecedente correcto, o leitor/ouvinte deverá recorrer a inferências baseadas no seu conhecimento do mundo. Só assim, o antecedente permanecerá activado na memória operativa, e a expressão anafórica é integrada na representação que se está construindo sobre o conteúdo do texto. É o que se pode passar com o caso da anáfora por associação. A actualização desta anáfora supõe uma actividade inferencial em virtude de o antecedente não ter sido nomeado, mas simplesmente evocado anteriormente no texto através de um referente de que a anáfora associativa constitui uma parte e é um ingrediente.¹ G. Kleiber considera que a anáfora é sobretudo um fenómeno textual que depende de uma outra expressão mencionada ou evocada anteriormente no texto, geralmente chamada de antecedente ou desencadeador do antecedente. M. Charolles, por seu lado, considera que também a anáfora pode ser um fenómeno de memória discursiva, fundada em saberes enciclopédicos e partilhados pelos actores do discurso. Este referente solicitado pode não figurar no texto.

Como é dado ver, a interpretação da anáfora faz intervir ao mesmo tempo factores cognitivos, como o critério inferencial, e factores linguísticos, como o critério da proximidade e o critério sintaxe-semântica.

¹ G. Kleiber considera que a anáfora é sobretudo um fenómeno textual que depende de uma outra expressão mencionada ou evocada anteriormente no texto, geralmente chamada de antecedente ou desencadeador do antecedente. M. Charolles, por seu lado, considera que também a anáfora pode ser um fenómeno de memória discursiva, fundada em saberes enciclopédicos e partilhados pelos actores do discurso. Este referente solicitado pode não figurar no texto.

2. Enquadramento linguístico da anáfora nominal

A anáfora nominal, ou resulta de um prolongamento natural do antecedente por meio de repetição ou de substituição, o que se traduz em uma anáfora correferencial, ou resulta de processos inferenciais, de saberes partilhados, o que se traduz em uma anáfora não-correferencial (associativa).

É dentro deste modelo de anáfora que, normalmente, os linguistas distinguem dois tipos clássicos de anáfora: a anáfora por retoma e a anáfora por associação. Dentro da primeira, incluem-se a anáfora fiel, a anáfora infiel e a anáfora por nominalização. No outro grupo, situar-se-á a anáfora associativa.

2.1. Anáfora fiel

Na anáfora fiel, incluem-se-ão todas as realizações que se actualizam nas formas de definitivização e repetição do termo antecedente. São casos como os que a seguir se apresentam, respectivamente:

- (1) Chega um rapaz e senta-se ao meu lado. Só depois reparo que *o/este rapaz é cego*.
- (2) Chega um rapaz e senta-se ao meu lado. Só depois reparo que *o/este rapaz é cego*. (...) Em seguida, *o rapaz* pergunta-me que horas são.

Como se pode verificar, neste tipo de construção, a anáfora actualiza-se por meio do mesmo nome antecedente, diferenciando-se apenas o determinante de uma ocorrência a outra. O indefinido (quando se introduz pela primeira vez o referente) seguido do definido ou do demonstrativo.

Embora os determinantes definido e demonstrativo, neste tipo de anáfora, chamada fiel, possam parecer comutar sem grandes diferenças aparentes (uma vez que a segunda frase não marca uma ruptura com as circunstâncias de avaliação instaladas pela primeira), o que é certo é que ambos os determinantes têm funções bem específicas. O determinante definido, no geral, estabelece uma relação lexical e o determinante demonstrativo, uma relação posicional, no sentido de o primeiro estabelecer um contraste sobre um conjunto de domínios e o segundo um contraste no interior de um domínio, como se pode apreciar nos exemplos (3) e (4):

- (3) Um avião despenhou-se ontem. *O avião* vinha de Miami.
- (4) Um avião despenhou-se ontem. *?Este avião* vinha de Miami.

Em (3) o determinante definido, porque estabelece uma relação de unicidade com o antecedente, permite dar continuidade às mesmas circunstâncias avaliativas instaladas pela primeira frase. *O avião que vinha de Miami é o mesmo* avião que se despenhou ontem. O mesmo parece não se verificar em (4). O determinante

demonstrativo desencadeia uma ruptura com a primeira frase e *Este avião vinha de Miami* pode não ser o mesmo avião enunciado na frase anterior. Como o uso do demonstrativo pressupõe o estabelecimento de um contraste no interior de um domínio, a relação de *Este avião vinha de Miami* só pode estabelecer-se em contraste com, por exemplo, *Aquele avião vinha de Nova Iorque*.

Também frases coordenadas introduzidas por sintagmas nominais indefinidos interditam, em retoma imediata, o emprego do determinante demonstrativo.

- (5) Havia um livro e um dicionário sobre a mesa. *O livro* era meu e *o dicionário* era do meu irmão.
- (6) Havia um livro e um dicionário sobre a mesa. *?Este livro* era meu e *este dicionário* era do meu irmão.

As razões pelas quais (5) é linguisticamente possível e (6) é menos, advêm dos mesmos factores apontados para (3) e (4). De facto, o determinante demonstrativo, que tem como característica alicerçar uma posição posicional, identifica o objecto nomeado no interior da classe dos objectos do mesmo nome. O determinante definido, por seu lado, tem a capacidade de destacar o referente tendo em conta a sua propriedade de relação lexical.

De qualquer modo, estão criadas as condições para que seja quase indiferente o emprego do determinante definido ou do determinante demonstrativo na anáfora fiel (por definitivização ou repetição). Esta anáfora apresenta-se como uma construção banal, estereotipada (pelo menos nos textos dos alunos mais jovens), que tem por função lembrar, pelo viés de um mesmo sintagma nominal, o objecto de discurso sob uma etiqueta lexical que já serviu para categorizá-lo. Esta estratégia confere uma certa redundância rotineira ao discurso, a não ser quando apresenta um intencional valor estilístico. Neste caso, a anáfora por definitivização ou repetição pode tornar-se mais informativa e/ou criativa se à retoma nominal se acrescentar uma determinação em expansão, na forma de grupo adjectival ou de um aposto. Além disso, a anáfora fiel assegura o bom desenvolvimento da identificação referencial e permite prever erros de interpretação quando vários objectos do discurso estão em concorrência na memória operativa.

2.2. Anáfora infiel

Estamos em presença de uma anáfora infiel quando a anáfora se materializa por meio de um lexema nominal substituto. O emprego de uma outra denominação para uma realidade idêntica permite traduzir um ponto de vista particular, um juízo de valor, uma opinião favorável, irónica, crítica. Não é indiferente retomar a designação de um nome por uma expressão ou outra:

- (7) O rapaz não há meio de ter juízo. *O jovem/o garoto/o rapazola/o gabiru/o estafermo* não há meio de ter juízo.

Além desta relação lexical quase sinônímica, a anáfora infiel também se actualiza por meio de hiperónimos e de perífrases criativas:

- (8) Uma nave foi enviada para o espaço. *No engenho* iam três astronautas.

A natureza lexical das unidades nominais (Uma nave... *o engenho*), ao mesmo tempo que permite o desencadeamento da anáfora, impõe uma ordem, de modo a que o segundo termo funciona como inclusivo em relação ao primeiro. Uma unidade nominal é inclusiva em relação a uma outra, se a referência virtual do nome antecedente está incluída no nome anafórico. O termo inclusivo é sempre correferencial do outro, pela relação das suas referências virtuais. O inverso pode não ser verdadeiro.

- (9) Um veículo atravessou-se na estrada. *?O tractor* era conduzido por um inexperiente.

Difícilmente é aceitável a ordem inversa, uma vez que o hiperónimo surge mais como elemento incluso anaforizado do que como elemento anafórico. A não ser que se restrinja especificamente o nome heteronímico, quando em posição de antecedente:

- (10) Um veículo *agrícola* atravessou-se na estrada. O tractor era conduzido por um inexperiente.

No caso específico da anáfora infiel, o substituto lexical com valor anafórico evidencia vários tipos de relações semânticas. Relações de inclusão de sentido (operação que permite passar do particular para o geral, pelo recurso a um superordenado genérico – hiperónimo):

- (11) Sonhei ser arquitecta. Era *a profissão* que eu gostaria de ter quando fosse grande,

relação próxima da equivalência (operação que estabelece uma espécie de sinónímia):

- (12) Quando entrei na carreira estava um pouco receosa. Depois fiquei mais contente porque *na camioneta* vinham outros alunos.

relação semântica estabelecida em função do contexto:

- (13) Há muito tempo que o casal andava a ser vigiado pela polícia, mas só agora *os dois pombinhos* foram apanhados em flagrante.

Relação de substituição do referido comum pelo elemento específico:

- (14) O meu sonho é conhecer ao vivo os cinco rapazes que me fazem acreditar na vida. A primeira vez que *os Backstreet boys* vieram a Portugal foi o ano passado.

relação de reagrupamento:

- (15) No verão, eu e os meus amigos resolvemos ir andar de barco. *A malta* resolveu levar um rádio, mas ele não funcionava.

A análise das relações semânticas entre lexemas correferenciais permite verificar que as substituições lexicais possibilitam a introdução de uma mudança de perspectiva do enunciador relativamente aos factos/objectos enunciados. Daí o contributo da anáfora infiel ser importante não só para a coesão e progressão, mas também para a progressão textuais. Com efeito, ao tematizarem-se os diversos temas desenvolve-se o tema principal em várias perspectivas.

Quanto aos determinantes que acompanham o nome anafórico na anáfora infiel, eles distribuem-se por três formas. Ou o determinante definido:

- (16) Já estava desesperada de estar à espera de uma camioneta que me trouxesse para.
O Porto quando avisto ao longe *o tal desejado transporte*.

o demonstrativo:

- (17) Elas eram simpáticas, orgulhosas e vaidosas. *Estas duas últimas características*
poderiam trazer-lhes consequências desagradáveis.

ou o possessivo, sobretudo com nomes relacionais:

- (18) O homem parece exaltado. Vou falar com *o nosso amigo* e acalmá-lo.

A distribuição do emprego entre determinação definida e demonstrativa na anáfora infiel obedece aos mesmos constrangimentos que verificámos na anáfora fiel. O determinante definido marca um contraste sobre um conjunto de domínios e o determinante demonstrativo um contraste dentro do mesmo domínio. Vejamos os exemplos seguintes:

(19) Na garagem estava uma cómoda e um frigorífico. *O móvel* era da minha avó,
quanto *ao electrodoméstico* era da minha mãe.

(20) Na garagem estava uma cómoda e um frigorífico. *?Este móvel* era da minha avó,
quanto a *este electrodoméstico* era da minha mãe.

O móvel é destacado em “contraste externo”, opondo o seu domínio ao outro domínio denominado diferentemente: *o electrodoméstico*. *Este móvel* opõe o seu referente aos outros móveis da classe dos móveis.

O determinante demonstrativo, ao mesmo tempo que marca um contraste dentro do mesmo domínio, marca uma ruptura com as circunstâncias de avaliação instaladas na primeira frase. E esta situação de ruptura é tanto mais evidente quanto mais o nome anafórico se afasta da referência virtual do nome anaforizado. Vejamos um exemplo com certos grupos nominais (“nomes de qualidade” para J.-C. Milner):

(21) Eu vi um rapaz ao longe a quem acenei efusivamente. *Este estafermo*
não me
ligou nenhuma. (*?O estafermo* não me ligou nenhuma).

O definido permite estabelecer a unicidade entre os dois termos, anaforizado e anafórico (como acontece com a anáfora associativa), mas mais dificilmente o estabelecimento de uma ruptura nas circunstâncias de avaliação. A não ser que os conteúdos intermédios entre o antecedente e a anáfora se relacionem fortemente com o antecedente e permitam, de alguma forma, a continuidade referencial. Esta centralidade do conceito é um factor crucial da acessibilidade dos esquemas na memória operatória do sujeito cognitivo.

Por outro lado, o determinante demonstrativo permite, através e com o antecedente lexical anafórico, formular um conjunto de propriedades novas ainda não validadas em memória discursiva. É o caso de nomes de qualidade que induzem uma conotação depreciativa.

(22) O Jorge diz-se poeta. *Esta criatura não se mede?!*

o caso das expansões adjectivais e predicativas que permitem formular um juízo de valor:

(23) Ele chegou ao bar e pediu uma cerveja. *Esta bebida alcoólica fez-lhe mal.*

(24) Como duas laranjas por dia. *Esta fruta é muito rica em vitamina C.*

(25) O Hugo comprou um jeep. *Neste cómodo e seguro veículo chegou à montanha.*

Neste sentido, o emprego dos substitutos lexicais funda-se não só na noção de “economia”, porque permite ir para além da simples repetição, mas também na noção de “rentabilidade”, no sentido de permitir a construção de paráfrases com a ajuda de substitutos sinonímicos ou hiperonímicos, com fins semânticos e pragmáticos diversos.

Além da substituição lexical anafórica restrita, como foram os casos citados, há que também tomar em conta outras formas de substituição. A substituição por derivação e a substituição de um segmento textual mais ou menos longo. Quer num caso quer noutra, o substituto toma a forma de um nome ou expressão nominal.

2.3. Anáfora por nominalização

O destaque a dar ao fenómeno da nominalização reside na sua capacidade em operar, por um lado, uma transformação lexical e sintáctica e, por outro, imprimir à sequência textual um carácter sintético e resumativo. Foi esta característica de cruzamento de considerações sintácticas, semânticas, lexicais e discursivas que levou vários autores a denominarem esta anáfora de resumativa ou conceptual. Com efeito, a capacidade de a anáfora por nominalização condensar as informações joga um papel importante na oposição dos planos do texto e simultaneamente contribui para manter em activação o essencial da informação, por meio da síntese de sintagmas, de ligações de partes do texto e resumos de partes do discurso.

Fundando-se esta relação anafórica no princípio de uma dependência interpretativa, será necessário identificar ou localizar o seu antecedente no sintagma ou no texto, de modo a estabelecer-se uma equivalência de sentido entre a expressão anafórica e o seu antecedente ou desencadeador do antecedente. O interessante a verificar é que, ao mesmo tempo que tal equivalência é estabelecida, um novo procedimento reclassificatório permite fazer funcionar um novo desenvolvimento.

- (26) O Pedro veio visitar-me esta semana e disse-me que ia deixar de fumar porque o tabaco está cada vez mais caro e, além disso, o tabaco faz mal à saúde. *Este argumento* não me convence.

O alcance da anáfora por nominalização é condicionado pelo seu semantismo, o que permite identificar o segmento controlado pela anáfora. A anáfora *Este argumento* suscita que só o segmento linguístico “ia deixar de fumar porque o tabaco está cada vez mais caro e, além disso, o tabaco faz mal à saúde” é susceptível de ser categorizado como o antecedente da anáfora.

É nesta selecção do antecedente que se funda o laço predicativo, estrutura quase sempre subjacente na anáfora resumativa. O laço predicativo é fundado numa estrutura atributiva classificatória que se estabelece entre os correferentes: *Deixar de fumar é um argumento que não me convence*. Na aparência de uma simples retoma, de uma simples substituição, vemos que este tipo de anáfora traz consigo uma predicação implícita. Esta característica faz avançar o texto numa nova direcção, agora com orientação prospectivo-argumentativa. Se importa a retroactividade esabecida pelo termo anafórico, importa também a sua função discursiva e a avaliação ou o modo de apreensão de que ele é objecto. É por isso que se compreende que a maioria dos nomes que constituem a anáfora por nominalização sejam derivados abstractos – nomes sincategoremáticos. É que estes nomes, porque manifestam uma dependência ontológica a respeito de outras ocorrências, estão mais preparados para englobar o conjunto do cotexto precedente e abrir o cotexto à direita. É assim que os textos de ideias, como a argumentação, a dissertação, o comentário têm de construir, via discurso, uma reflexão sobre o referente nocional, organizando-se em redor de expressões de retoma intratextuais muito elaboradas a nível semântico. Expressões mais ou menos lexicalizadas na língua, como “a este propósito”, “neste caso”, “nesta perspectiva”, “neste sentido”, ou expressões inéditas com carácter depreciativo e mesmo refutativo como “esta contra-verdade”, “este tipo de pressão”, esta famosa crise de identidade”, etc. .

Como vimos, é complexo o mecanismo da anáfora por nominalização já que não se limita a uma retoma deverbais (27) ou deadjectival (28),

- (27) As portas só se abriram na hora do espectáculo. *A abertura* tardia fez com que o concerto começasse mal.
- (28) O poema era muito difícil. Foi *esta dificuldade* que fez com que ele tirasse negativa.

mas vai mais longe e sintetiza, num sintagma nominal anafórico, um segmento de discurso de extensão variável, numa atitude intratextual entre dois planos enunciativos. A passagem do cotexto à esquerda para o cotexto à direita:

- (29) O ministro da agricultura não justificou com dados concretos, mas declarou que a carne, a fruta e os legumes que consumimos são da melhor qualidade. *Esta equação* só poderia ser válida se Portugal dispusesse de uma boa rede de laboratórios e de fiscalização suficiente.

A anáfora *Esta equação* vai permitir sintetizar o propósito da declaração do ministro e ao mesmo tempo vai possibilitar a introdução de um juízo de valor, em forma de comentário, por parte do enunciador. É por isso que o determinante demonstrativo é muito usado neste tipo de anáfora, embora o definido e o possessivo também possam aparecer nas anáforas por nominalização mais restrita. De facto, a anáfora demonstrativa insere-se mais facilmente num encadeamento textual dado o seu carácter posicional. Determinada a ruptura com as circunstâncias de avaliação do segmento linguístico anterior, natural se torna a reclassificação com outra orientação, normalmente argumentativa. A interpretação e a produção de anáforas por nominalização constituem uma actividade metalinguística a que subjaz um grande domínio da língua. Domínio que permite a dedução subjectiva do locutor a partir de um conjunto de tarefas como sejam a de assegurar a retoma do dado anterior do texto e, ao mesmo tempo, a de abrir discursivamente o segmento linguístico seguinte: relevação de uma estrutura predicativa subjacente; reclassificação genérica entre o antecedente e a expressão resumativa; síntese de um segmento linguístico mais ou menos longo; estabelecimento de uma avaliação ou orientação argumentativa.

2.4. Anáfora associativa

Este tipo de anáfora pressupõe um mecanismo referencial que se opõe aos outros tipos de anáforas tratados. A anáfora por associação reveste um carácter anafórico – há a implicação com um referente antecedente –, é não-correferencial – o referente da anáfora não figura no cotexto anterior –, e estabelece-se numa relação meronímica de parte/todo – saber partilhado por uma mesma comunidade linguística e definido na base de estereótipos. Esta relação de implicação da anáfora associativa com o antecedente tem que se estabelecer, pelo menos, por meio de dois critérios: assentar numa relação de pertença dentro do mesmo campo ontológico; a parte ser um ingrediente directo do todo. O que permite associar anaforicamente *janelas a casa*, como em (30),

(30) A casa já foi restaurada, mas *as janelas* ainda não.

é que o cálculo inferencial estabelecido se operacionaliza pelo recurso aos dois critérios citados.

Todos sabem que, por princípio, *uma casa tem janelas*, que estes dois termos se podem associar porque são estereótipos e que *as janelas* são parte integrante *da casa*, e que o mesmo não pode acontecer com, por exemplo, *mesa* ou *frigorífico*. Mas para que esta relação de dependência interpretativa se accione é preciso que a anáfora seja introduzida pelo determinante definido. De facto, só o definido tem a capacidade de estabelecer a unicidade entre a anáfora e o antecedente evocado. O interessante a notar é que enquanto nas anáforas *fiel*, *infiel* e por nominalização, o antecedente evoca e a anáfora especifica, aqui na anáfora associativa, ambos os termos evocam e ambos especificam.

A capacidade de a anáfora associativa autonomizar e especificar uma parte em relação a um todo antecedente vem confirmar que as configurações associativas assentam numa relação semântica. Este aspecto é evidente não só quando o antecedente é um nome,

(31) Ele só se apercebeu do carro quando *o tampão* saltou,

mas também, embora menos frequente, quando o antecedente tem uma base não nominal,

(32) Eu fui vindimar, mas quem comeu *as uvas* foste tu!

Neste último caso, o facto denotado é o predicado *vindimar* que tem a capacidade de alienar o nome *uvas* da mesma zona referencial e ontológica. Mas quer em (31) quer em (32) o anafórico associativo apoia-se no determinante definido para recrutar a entidade única que justifica a sua ocorrência.

Este carácter fortemente semântico que tem que existir entre estes dois termos não-correferenciais estabelece-se por meio de nomes categoremáticos. Só estes têm a capacidade de designar uma entidade autónoma cuja alienação faz deles bons candidatos ao lugar de uma expressão anafórica associativa.

(33) Comprei um aquecedor. Quando cheguei a casa vi que *a ficha* estava estragada.

É este conceito de alienabilidade que nos leva a acreditar que em (33) há uma relação anafórica associativa e que em (34) não:

(34) O rapaz reprovou. Desta vez *a (sua) inteligência* atraçou-o.

Embora haja uma continuidade ontológica entre *inteligência* e *rapaz*, o que é certo é que *a inteligência* não se caracteriza pela sua alienabilidade. Por outro lado, ao desencadear um possessivo bloqueia a associação.

A definitude da parte é o garante de que ela se refere a uma parte de um todo que ela especifica. Aqui o definido tem a função de destacar o associativo estereotípico desde que o todo seja introduzido pelo indefinido. Note-se o caso de (35):

(35) ?Nós visitámos uma casa. *O frigorífico* não funcionava.

O indefindo desencadeia um anafórico estereotípico, o que não é o caso de *frigorífico* que não é um ingrediente directo de *casa*.

Pelo que foi afirmado, a anáfora associativa é uma configuração discursiva que faz intervir categorias linguísticas formais, alienáveis, mas do mesmo tipo ontológico em relação ao nome antecedente. Como se postula num mecanismo interpretativo, a anáfora associativa necessita de um procedimento inferencial para fazer a ligação da parte ao todo por meio de temas estereotípicos. A definitude da anáfora associativa em correlação com o indefinido para o todo, vem confirmar que é o todo que satura referencialmente a parte e não o inverso. Este último aspecto põe em evidência a importância da determinação para a clarificação, descrição e classificação das diferentes anáforas.

3. Enquadramento discursivo da anáfora nominal

Estudado o alcance do sistema anafórico nominal, haveria então a necessidade de se verificar o seu diferente funcionamento nos textos. Num primeiro momento, procurámos estabelecer um quadro geral no que à teoria textual diz respeito e, a partir daí, adoptar um modelo onde pudéssemos testar o emprego diferencial das várias categorias de anáforas. Estipulámos à partida que esse modelo deveria ser um modelo psicológico da linguagem, dada a parte prática da nossa investigação ir incidir em textos de alunos em situação de aprendizagem. O período a avaliar abrange o 3º ciclo do Ensino Básico e o objectivo geral é avaliar a forma como os alunos gerem este sistema anafórico nos seus escritos.

De acordo com estes pressupostos, optámos por seguir o modelo tipológico, proposto por J.-P. Bronckart, em *Le Fonctionnement des discours* (1985). Este modelo possibilitou-nos compartimentar em tipos de textos o *corpus* seleccionado de cerca de 2000 redações de alunos dos 7º, 8º e 9º anos. De acordo com as três hipóteses que guiaram o nosso trabalho (A- o papel da ancoragem textual; B- a

interdependência entre o tipo de texto e a coesão anafórica; C- a diferenciação de um ponto de vista cognitivo), viemos a verificar que o modo como o locutor marca discursivamente o seu texto (implicando-se ou autonomizando-se) e o modo como se relacionam temporalmente os referentes (em termos de passado- *ele/ali/então* ou em termos de presente *eu/aqui/agora*) possibilitam o estabelecimento dos textos em tipologias.

3.1. Os tipos de textos

A partir do cruzamento destes critérios e destas modalidades, foram estabelecidos quatro grandes grupos de textos: O Discurso Narrativo de 3ª e 1ª pessoas (sistema verbal do passado); o Discurso Teórico (onde cabem todos os discursos opinativos e se materializam por meio do sistema verbal do presente); o Discurso em Situação (como se tratavam de textos escritos, o destaque a dar foi sobre o discurso relatado).

Com este trabalho confirmou-se a hipótese A. De facto, os escritos dos alunos materializam-se e projectam-se nestas três formas de discursos fundamentais: o discurso narrado, o discurso comentado e o discurso relatado. Esta evidência possibilitou a divisão do *corpus* nestes quatro grupos de textos arquétipos. Arrumadas e classificadas as redacções, haveria então que analisar os textos na perspectiva da coesão anafórica. Seguimos duas análises: uma análise quantitativa e uma análise qualitativa. Estas análises deverão validar a hipótese B.

3.2. Análise dos textos

Quantitativa:

Pelo processo da análise quantitativa, confirmámos que os alunos empregam em maior quantidade as anáforas por definitivização e por repetição, indiscriminadamente, em todos os tipos de textos e em todos os graus de ensino. Os textos apresentam-se redundantemente circulares sem progressão textual evidente. Em termos provisórios, estes resultados vêm confirmar que sobre este item gramatical e linguístico não tem havido uma prática pedagógica consistente, programada e sistematizada.

Qualitativa:

Em termos de processo de análise qualitativa, confirmámos que na Narração de 3ª e de 1ª pessoas, e mesmo no Discurso Teórico, os alunos vão empregando regressivamente, embora de forma lenta, a definitivização e a repetição de quem caminha do 7º para o 9º ano de escolaridade. No que diz respeito às outras anáforas, anáfora por substituição lexical, nominalização e anáfora associativa vai havendo já uma certa progressão de emprego percentual do 7º para o 9º ano. No Discurso

em Situação, como se trata de um discurso que se realiza com os interlocutores em presença, o emprego das anáforas tem uma evolução um pouco diferente. Em todos os graus de ensino se empregam fortemente a definitivização e a repetição, como é de comum para manter activada a memória referencial. As outras modalidades de anáforas são relativamente pouco expressivas neste tipo de texto.

4. Evolução ontogenética

Num segundo momento, avaliámos os resultados e procurámos verificar e confirmar a hipótese C. De acordo com o tipo de texto e planos do texto, e de acordo com o grau de ensino, os alunos anafORIZAM diferentemente os seus textos. À medida que vão avançando no grau escolar, os alunos empregam outras modalidades de anáforas que não só definitivização e a repetição. Considerando de um ponto de vista ontogenético, a aquisição da substituição lexical será evolutiva e a sua competencialização e aplicação tardias. Este facto é mais evidente no Discurso Teórico dadas as características deste tipo de discurso que necessita de marcar a progressão e a planificação textuais por meio da tematização dos diversos remas que desenvolvem o tema principal. Quanto à anáfora associativa, é de salientar o desempenho positivo do emprego deste tipo de anáfora por parte dos alunos de todos os graus de ensino e em todos os tipos de textos. Sabendo que esta modalidade de anáfora assinala um fenómeno de dependência interpretativa, repousando em conhecimentos supostamente partilhados ou saberes contingentes e factuais, o seu emprego encontra-se facilitado desde que ao aluno seja proposto falar/escrever sobre universos seu conhecidos. Quanto ao emprego da nominalização, como ela se actualiza por meio de um superordenado abstracto, os alunos vão empregando as anáforas lexicalizadas já na língua, e muito pouco as anáforas criativas, que, como não estão inscritas na língua, dependem em grande parte do discurso. Confirmada a hipótese C passámos a avaliar e a sintetizar os resultados.

5. Síntese dos resultados

Como síntese dos resultados poder-se-á dizer que alguns alunos, em situação de aprendizagem, vão manipulando cada vez mais adequadamente as diferentes funções que podem ter as anáforas e os determinantes no texto. Mas esta evolução não se apresentou de igual modo progressivo em todos os alunos. Este facto terá a ver com situações diferenciadas de ensino-aprendizagem, mas este item é uma hipótese em aberto, dado não ter sido considerado neste estudo.

Desta investigação, perspectivada em termos linguísticos, psicológicos e didácticos, podemos concluir que a progressão na aquisição do funcionamento global das anáforas não se realiza independentemente de outros domínios operacionais como sejam a gestão global da acção linguística em termos de opera-

ções de temporalização, de conexão, de modalização. A consideração de todos estes aspectos só poderá inscrever-se numa corrente textual. De facto, o estudo da gestão das marcas de superfície, de que as anáforas são um exemplo, não pode ser perspectivado profundamente se não se tiver em conta as características globais do texto ou da sequência considerada. Só tendo por incidência os planos da textualidade, um local e outro global, vazados numa superestrutura textual é que nos damos conta de que o texto suporta uma tensão entre continuidade e progressão.

O que é necessário é fazer os alunos tomarem consciência da sua actividade como entidade emissora e receptora e tomarem ao mesmo tempo consciência da linguagem que emitem (e recebem) como objecto de reflexão. Dado que é pela linguagem que o sujeito adquire os modos de pensamento do grupo social ao qual ele pertence, a linguagem torna-se, assim, o reflexo do pensamento e os sistemas de pensamento são regulados pela linguagem. Neste processo de construção do seu próprio saber, o aluno vai-se tornando autónomo na resolução dos seus próprios problemas ao mesmo tempo que se torna mais experiente no domínio de conceitos.

Só assim se capacitará o indivíduo a integrar-se em todas as redes de relações que lhe exigirá a actividade social da sua comunidade. E o domínio da anáfora nominal é exigido para se atingir essa capacidade.

Olivia Maria Figueiredo

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BRONCKART, J.-C. – *Le fonctionnement des discours: un modèle psychologique et une méthode d'analyse*, Paris, Delachaux et Niestlé, 1985.
- CHAROLLES, M. – “Anaphore associative, stéréotype et discours”, in SCHNEDECKER, C. et Al. (orgs.), Paris, Klincksieck, 1994.
- KLEIBER, J.-C. – *Nominales, essais de sémantique référentielle*, Paris, Armand Colin, 1994.
- MILNER, J.-C. – *Introduction à une science du langage*, Paris, Seuil, 1989.
- SCHNEDECKER, C. et Al. (orgs.) – *L'anaphore associative. Recherches linguistiques, psychologiques et automatiques*, Paris, Klincksieck, 1994.